

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 26.617.923/0001-80

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração Regulatório e as demonstrações contábeis regulatórias acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia

A Janaúba é controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A JAN atua no segmento de transmissão de energia elétrica, nas regiões sudeste-nordeste.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linhas de transmissão da Rede Básica que compreenderá 03 subestações na tensão de 500 kV e aproximadamente 542 km de linhas de transmissão igualmente em 500 kV, todas ainda estão em fase de construção. A JAN receberá RAP-Receita Anual Permitida reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano. O contrato de concessão foi assinado com a ANEEL em 10 de fevereiro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia concentrou esforços na elaboração dos projetos básico e executivo, serviços de topografia e implantação de traçado, atividades de licenciamento ambiental e regularização fundiária dos 542 km de extensão das linhas de transmissão, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em construção – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3	C1	500	304	-	Fev/2022	Fev/2047
Janaúba 3 – Pirapora 2	C1	500	238	-	Fev/2022	Fev/2047

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos – R\$ mil				
Linhas de transmissão e subestações	Evolução Física em 31/12/2018	Investimento realizado até 31/12/2018	Evolução Física até 31/12/2019	Investimento realizado até 31/12/2019
<u>Linhas de transmissão</u>				
Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3	4,46%	2.690	19,54%	62.168
Janaúba 3 – Pirapora 2	3,81%	7.269	21,19%	55.073
<u>Subestações</u>				
Bom Jesus da Lapa II	0,03%	1.117	12,64%	5.407
Janaúba 3	0,89%	2.186	18,06%	19.022
Pirapora 2	0,03%	782	11,54%	3.182

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2019							
Linha de Transmissão	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
JANAÚBA	-	-	-	165.650	220.866	220.866	220.866

Governança Corporativa

A JAN procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa, comuns a todas as concessões do Grupo Taesa, controladora da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da JAN e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$20 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Janaúba Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Janaúba Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Janaúba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Janaúba Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Ativos			
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	127
Títulos e valores mobiliários	5	653.239	1.918
Impostos e contribuições		2.699	186
Outras contas a receber		15.718	32
Total dos ativos circulantes		671.666	2.263
Ativos não circulantes			
Impostos e contribuições diferidos	7	3.649	558
Outras contas a receber		5	-
Imobilizado	8	137.494	33.949
Intangível	8	19.512	6.982
Total dos ativos não circulantes		160.660	41.489
Total dos ativos		832.326	43.752
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores	10	28.790	5.159
Impostos e contribuições sociais	6	2.990	92
Dividendos a pagar		9.996	4.991
Outras contas a pagar		1.022	644
Total dos passivos circulantes		42.798	10.886
Passivos não circulantes			
Debêntures	11	766.679	-
Total dos passivos não circulantes		766.679	-
Patrimônio líquido			
Capital social		40.645	38.948
Reserva de lucros		40.645	22.842
Dividendos adicionais propostos		19.279	-
(Prejuízos) acumulados		(77.720)	(28.924)
Total do patrimônio líquido		22.849	32.866
Total dos passivos e do patrimônio líquido		832.326	43.752

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Outros custos operacionais		(554)	-
Custos operacionais		(554)	-
Pessoal	16	(934)	(812)
Serviços de terceiros		(196)	(179)
Outras despesas operacionais líquidas		(100)	(159)
Despesas operacionais		(1.230)	(1.150)
Resultado da atividade		(1.784)	(1.150)
Receitas financeiras		10.453	864
Despesas financeiras		(17.421)	-
Outras Despesas financeiras		(1.049)	(623)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(8.017)	241
Resultado antes dos impostos e contribuições		(9.801)	(909)
Imposto de renda e contribuição social	13	3.092	309
(Prejuízo) do exercício		(6.709)	(600)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Demonstração do resultado abrangente para exercício findo
em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) do exercício	<u>(6.709)</u>	<u>(600)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(6.709)</u></u>	<u><u>(600)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	(Prejuízos acumulados)	Total
			Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12	<u>10.598</u>	-	-	-	(491)	<u>10.107</u>
Aumento de capital		28.350	-	-	-	-	28.350
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(600)	(600)
Destinações do lucro societário do exercício:							
Reserva legal		-	1.051	-	-	(1.051)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(4.991)	(4.991)
Reserva especial		-	-	21.791	-	(21.791)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12	<u>38.948</u>	<u>1.051</u>	<u>21.791</u>	-	<u>(28.924)</u>	<u>32.866</u>
Aumento de capital		1.697	-	-	-	-	1.697
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	4.991	-	-	4.991
Lucro do exercício		-	-	-	-	(6.709)	(6.709)
Destinação do lucro societário do exercício:							
Reserva legal		-	2.104	-	-	(2.104)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(9.996)	(9.996)
Reserva especial		-	-	10.708	-	(10.708)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	19.279	(19.279)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	<u>40.645</u>	<u>3.155</u>	<u>37.490</u>	<u>19.279</u>	<u>(77.720)</u>	<u>22.849</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(6.709)	(600)
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social	13	(3.092)	(309)
Juros e variações monetárias sobre debêntures		17.421	
Receita de aplicação financeira		(10.453)	(864)
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no saldo de imposto e contribuição sociais ativo, líquido dos passivos		552	(192)
(Aumento) em outras contas a receber		(15.691)	(27)
Aumento de fornecedores		23.631	5.142
Aumento no saldo de outras contas a pagar		379	381
Caixa Gerado nas atividades operacionais		<u>6.038</u>	<u>3.531</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(167)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>5.871</u>	<u>3.531</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		(640.868)	(1.054)
(Adições) no imobilizado e intangível	8	<u>(116.075)</u>	<u>(30.740)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(756.943)</u>	<u>(31.794)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures		749.258	-
Integralização de capital		<u>1.697</u>	<u>28.350</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>750.955</u>	<u>28.350</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa			
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(117)</u>	<u>87</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	127	40
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>10</u>	<u>127</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(117)</u>	<u>87</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Janaúba” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Pirapora 2/Janaúba 3 em 500 kv e Janaúba 3/Bom Jesus da Lapa 2 em 500 kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015 - segunda parte, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 15/2017 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é fevereiro de 2022.

A Companhia é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 19 de junho de 2019.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 21.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários, jurisdições em que a Companhia atua, e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.3. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem taxas bancárias, PIS e COFINS sobre receitas e multas e juros.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

efetivos.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.8. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto à adoção e convergência dos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, os eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias, sendo divulgados somente nas demonstrações financeiras societárias emitidas em XX de março de 2020.

Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações contábeis Regulatórias, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatória da Companhia.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	10	127

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante (a)	351.012	1.918
Investimento em cotas de fundos – “BTG Pactual CDB Plus” (b)	82.012	-
Aplicação Financeira – CDB	220.215	-
	653.239	1.918

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

(b) Fundo BTG Pactual CDB Plus - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	103,08% do CDI	102,65% do CDI
Fundo BTG Pactual CDB Plus	102,05% do CDI	-
Aplicação Financeira – CDB	104% do CDI	-

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAL

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Passivo Circulante</u>		
INSS e FGTS	1.350	49
IRRF empregados	56	35
CSLL, COFINS e PIS - Lei nº 10.833	32	3
Outros	1.552	5
	2.990	92

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	152	97
IRPJ sobre prejuízos fiscais	7.891	461
	8.043	558
Passivo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(4.394)	-
Passivo - IRPJ e CSLL	3.649	558

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Diferenças temporárias	152	-	-	-	-	152
Prejuízos fiscais	-	-	2.630	-	5.261	7.891
	152	-	2.630	-	5.261	8.043

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Valor Bruto em 2018	Adições	Baixas	Reclassificação	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão								
Terrenos	38	33		(71)	-	(38)	-	38
Máquinas e equipamentos	10.260	60.461		54.631	125.352	115.092	125.352	10.260
Adiantamentos a fornecedores (*)	23.651	43.051		(54.560)	12.142	(11.509)	12.142	23.651
Total do Ativo Imobilizado	33.949	103.545	-		137.494	103.545	137.494	33.949

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Valor Bruto em 2018	Adições	Valor Bruto em 2019	Adições Líquidas	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Ativo Intangível em Curso						
Intangíveis em curso	6.982	12.530	19.512	12.530	19.512	6.982
Total do Ativo Intangível	6.982	12.530	19.512	12.530	19.512	6.982

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Faixa Servidão	Outros Gastos	Total
Em Curso				
Máquinas e equipamentos	115.021	-	-	115.021
Adiantamentos a fornecedores (*)	-	-	(11.509)	(11.509)
Outros	-	-	33	33
Intangíveis	-	12.530	-	12.530
Total das adições do imobilizado e intangível em curso	115.021	12.530	(11.476)	116.075

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

9. PARTES RELACIONADAS

I - Outras contas a receber – OCR – Ativo e Receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
1	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Mariana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	Reembolso de despesas - Mariana	15	-	-	-
2	Reembolso de despesas - Miracema	103	-	-	-
		118	-	-	-

II - Outras contas a pagar – OCP - Passivo e Despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x disponibilidades - CCI - Taesa	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.	Caso umas das partes não possam cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 do código civil, o presente contrato permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos. Os custos de implantação no valor de R\$1.512 foram pagos em 10 parcelas mensais de junho de 2018 à março de 2019, atualizados pelo IPCA acumulado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações com empresas ligadas						
3	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	Término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - MIR (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Despesas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Transações com Controlador					
1	Contrato : CCI TAESA 0004/2017 - Taesa	-	155	465	1.085
2	Reembolso de despesas Janaúba x Taesa	270	-	-	71
Transações com Empresas Ligadas					
3	Previdência Privada - Forluz - Despesa	-	-	5	9
4	Reembolso de despesas – JAN x MIR	-	7	-	-
		270	162	470	1.165

III – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2018	Retificação da destinação do resultado (*)	Dividendos obrigatórios	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	4.991	(4.991)	9.996	9.996

(*) A AGO de 30 de abril de 2019 retificou a proposta de destinação do lucro de 2018, destinando o valor dos dividendos obrigatórios para Reserva Especial de Lucros, em virtude da Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Selt Engenharia LTDA	12.059	-
Elecnor do Brasil Ltda	4.964	4.454
Vale do São Francisco	4.710	-

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Sadesul Projetos e Construções	4.350	-
Dezoito Comunicação Ltda	-	364
Outros	2.707	341
	28.790	5.159

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção da linha de transmissão.

11. DEBÊNTURES

11.1 Abertura do endividamento

Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc.	2019			
				Custo a	Principal	Juros	Total
1º Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP) (a)	R\$	IPCA + 4,5%	15/07/2033	(12.697)	228.463	8.826	224.592
2º Emissão - Série única (b)	R\$	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	(35.366)	576.805	648	542.087
Não circulante				(48.063)	805.268	9.474	766.679

(a) Em 11 de janeiro de 2019 emitiu 224.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.

(b) Em 16 de dezembro de 2019 emitiu 575.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

	2019
Saldo inicial	-
(+) Novas captações	799.000
(-) Custo de captação (Novas captações)	(49.742)
(+) Juros e variação monetária incorridos	15.742
(+) Amortização do custo de captação	1.679
Saldo final	766.679

Parcelas vencíveis por indexador	Não circulante			Total
	2022	2023	Após 2023	
IPCA - 1ª emissão	33.935	9.922	193.432	237.289
IPCA - 2ª emissão	-	-	577.453	577.453
(-) Custos de emissão a amortizar	(4.798)	(1.417)	(41.848)	(48.063)
	29.137	8.505	729.037	766.679

O contrato da 1ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

O contrato da 2ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado, que será exigido após entrada em operação.

Instituição/ Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência a pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
1º Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP)	-	-	224.592	224.592	17/01/2022	Semestral	17/01/2022	Semestral	SAC
2º Emissão - Série única	-	-	542.087	542.087	15/12/2022	Semestral	15/12/2025	Semestral	SAC

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Total	-	-	766.679	766.679				
-------	---	---	---------	---------	--	--	--	--

11.2 Abertura dos ativos financeiros

Equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários	31/12/2019	31/12/2018
- Equivalentes de caixa - Bancos	10	127
- Títulos e valores mobiliários	653.239	1.918
	<u>653.249</u>	<u>2.045</u>

11.3 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2019				Total	Total 2018
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total		
Dívida Bruta						
Debêntures	-	-	766.679	766.679	-	-
Ativos Financeiros						
Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	-	(653.249)	-	(653.249)	(2.045)	(2.045)
Dívida Líquida				<u>113.430</u>		<u>-</u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$40.645, representado por 40.645.100 (quarenta milhões seiscentas e quarenta e cinco mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018 o capital era de R\$38.948, representado por 38.948.100 (trinta e oito milhões novecentas e quarenta e oito mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Data	Aprovação	Valor
10/04/2019	AGE	1.697
		<u>1.697</u>

Reserva de lucros: (a) **Reserva legal** - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) **Reserva especial** - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76. Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser distribuídos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro (prejuízo) do exercício

	31/12/2019	31/12/2018 (*)
Lucro (Prejuízo) do exercício - societário	42.087	21.240
Adoção inicial do CPC 47 – lucros acumulados	-	6.818
	42.087	28.058
Reserva legal	(2.104)	(1.051)
Dividendos obrigatórios (25% do lucro societário)	(9.996)	(4.991)
Reserva especial	(10.708)	(21.791)
Dividendos adicionais propostos	(19.279)	

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Compensação de prejuízos acumulados	-	(225)
-------------------------------------	---	-------

(*) A AGO de 30 de abril de 2019 ratificou a destinação do lucro de 2018, exceto o valor dos dividendos obrigatórios que foram destinados para Reserva Especial de Lucros, em virtude da Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

A destinação do lucro (prejuízo) do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos - são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro real) e o respectivo valor contábil.

	2019	2018
Imposto de renda	(2.274)	(227)
Contribuição social	(818)	(82)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.092)	(309)

14. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2015 – 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Prêmio
D&O	Zurich Seguros	19/09/19 a 18/09/20	15.000	2

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, debêntures deduzidas pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	653.239	1.918
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	10	127
	653.249	2.045
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
- Fornecedores	28.790	5.159
- Debêntures	766.679	-
	795.469	5.159

15.4. Risco de mercado

15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2019	Cenário provável em 31/12/2020
CDI	5,94%	2,25%
IPCA	4,31%	1,51%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 12 de junho de 2020 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019	Efeito Provável no LAIR - 2020 - (redução)
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa - CDI	653.239	(24.116)
Passivos Financeiros – Debêntures - IPCA	814.742	13.443
		(10.673)

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

15.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

15.6 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de debêntures, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos, (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixadas	-	-	-	192.265	1.166.332	1.358.597

15.7 Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

15.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

15.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	4 e 5	653.239	2.045	Nível 2

15.8.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

	Nota explicativa	31/12/2019		31/12/2018		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Debêntures - Passivos financeiros	10	766.679	773.180	-	-	Nível 2

A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos.

16. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2019	2018
Remuneração direta	287	287
Benefícios	541	420
FGTS e INSS	106	105
Pessoal	934	812

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

17. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2019	2018
Rendimentos de aplicação financeira	10.453	864
Receitas financeiras	10.453	864
Debêntures - Juros incorridos	(17.421)	-
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas	(1.049)	(623)
Despesas financeiras	(18.470)	(623)
	(8.017)	241

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2019, 38% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (50% em 31 de dezembro de 2018).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas.

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Contrato Subestações - Em 17 de maio de 2018, a Companhia celebrou o contrato com a Elecnor do Brasil Ltda., no valor de R\$120.490, cujo objeto é a construção, na modalidade empreitada integral por preço fixo global (EPC Chave na Mão), das subestações Pirapora 2, Janaúba 3 e Bom Jesus da Lapa II, contemplando o fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação, testes, comissionamento e entrada em operação e perfeito funcionamento do Empreendimento, incluindo, mas não se limitando, aos projetos civil, elétrico e eletromecânico, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e peças sobressalentes, fornecimento de materiais e equipamentos de montagem, montagem eletromecânica e instalações.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Contrato Linhas de Transmissão - Em 18 de abril de 2018, a Companhia celebrou o contrato com a Vale do São Francisco Sistemas de Transmissão SPE Ltda., no valor de R\$591.500, cujo objeto é a construção, na modalidade empreitada integral por preço fixo global (EPC Chave na Mão), das Linhas de Transmissão Pirapora 2 – Janaúba 3, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 238 km com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Janaúba 3 e a linha de transmissão Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 304 km, com origem na Subestação Bom Jesus da Lapa II e término na Subestação Janaúba 3, contemplando o fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação, testes, comissionamento e entrada em operação e perfeito funcionamento das Linhas de Transmissão, incluindo, mas, não se limitando, aos projetos civil, elétrico e eletromecânico, execução das obras civis, fornecimento de materiais e peças sobressalentes, fornecimento de materiais e equipamentos de montagem, montagem eletromecânica e instalações. A contratada possui as empresas Sadesul Projetos e Construções LTDA, SELT engenharia LTDA, Tratenge construtora LTDA e Construtora REMO LTDA na qualidade de intervenientes garantidoras. Desse modo, todas e quaisquer obrigações da contratada, estende-se também para as empresas citadas acima.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aspectos ambientais

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1302/2019	11/07/2019	11/07/2025

Aspectos ambientais – Em 03 de setembro de 2018 foi emitida a Licença Prévia do empreendimento. Em 11 de julho de 2019 foi emitida a Licença de Instalação.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019 – A AGO de 30 de abril de 2020 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2019 descrito na nota explicativa nº 12 – Patrimônio Líquido.

Em 14 de maio de 2020 o Sr. Raul Lycurgo Leite e o Sr. Marcus Pereira Aucélio deixaram os cargos de diretores, que permanecem vagos.

COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- o Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) – 100% dos escritórios em home office, desde 17/03/2020;
- o Desenvolvimento de uma página web para que os colaboradores, juntamente com seus parentes, reportem possíveis sintomas da doença e possam ser monitorados e orientados de perto pela Rede D'Or;
- o Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- o Cancelamento de participação em eventos;
- o Vacinação contra a gripe influenza.
- o Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Controle (COC-Taesa e COC-Backup)
- o Realização somente de intervenções com recursos locais.

Diante das ações adotadas e da evolução de nossas atividades, podemos afirmar que até a presente data não existe nenhum impacto relevante que possa comprometer financeiramente e economicamente a Companhia.

22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balança Patrimonial	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2019			31/12/2018		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Ativos							
Ativos circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa		10	-	10	127	-	127
Títulos e valores mobiliários		653.239	-	653.239	1.918	-	1.918
Impostos e contribuições sociais		2.699	-	2.699	186	-	186
Outras contas a receber		15.718	-	15.718	32	-	32
Total dos ativos circulantes		671.666	-	671.666	2.263	-	2.263
Ativos não circulantes							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	3.649	(3.649)	-	558	(558)	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	302.902	302.902	-	90.984	90.984
Outras Contas a receber		5	-	5	-	-	-
Direito de uso	(iii)	-	1.041	1.041	-	-	-
Imobilizado	(iv)	137.494	-	-	33.949	(33.949)	-
Intangível	(iv)	19.512	(19.512)	-	6.982	(6.982)	-
Total dos ativos não circulantes		160.660	143.288	303.948	41.489	49.495	90.984
Total dos ativos		832.326	143.288	975.614	43.752	49.495	93.247
Passivos							
Passivos circulantes							
Fornecedores		28.790	-	28.790	5.159	-	5.159
Passivo de arrendamento	(iii)	-	475	475	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		2.990	-	2.990	92	-	92
Dividendos a pagar		9.996	-	9.996	4.991	-	4.991
Outras contas a pagar		1.022	-	1.022	644	-	644
Total dos passivos circulantes		42.798	475	43.273	10.886	-	10.886
Passivos não circulantes							
Debêntures		766.679	-	766.679	-	-	-
Passivo de arrendamento	(iii)	-	642	642	-	-	-
Provisão para desmobilização de ativos	(iii)	-	4	4	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	(v)	-	36.429	36.429	-	14.343	14.343
Tributos diferidos	(vi)	-	28.018	28.018	-	6.228	6.228
Total dos passivos não circulantes		766.679	65.093	831.772	-	20.571	20.571

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2019			31/12/2018		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Balanco Patrimonial							
Patrimônio líquido							
Capital social		40.645	-	40.645	38.948	-	38.948
Reserva de lucros		40.645	-	40.645	22.842	-	22.842
Dividendos adicionais propostos		19.279	-	19.279	-	-	-
(Prejuízos) acumulados		(77.720)	77.720	-	(28.924)	28.924	-
Total do patrimônio líquido	(vii)	<u>22.849</u>	<u>77.720</u>	<u>100.569</u>	<u>32.866</u>	<u>28.924</u>	<u>61.790</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>832.326</u>	<u>143.288</u>	<u>975.614</u>	<u>43.752</u>	<u>49.495</u>	<u>93.247</u>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Construção		-	211.918	211.918	-	68.576	68.576
Receita bruta	(viii)	-	211.918	211.918	-	68.576	68.576
PIS e COFINS diferidos	(ix)	-	(21.790)	(21.790)	-	(4.744)	(4.744)
Receita líquida		-	190.128	190.128	-	63.832	63.832
Depreciação e amortização		-	(416)	(416)	-	-	-
Material		-	(116.074)	(116.074)	-	(30.741)	(30.741)
Outros custos		(554)	435	(119)	-	-	-
Custos operacionais	(x)	(554)	(116.055)	(116.609)	-	(30.741)	(30.741)
Pessoal		(934)	-	(934)	(812)	-	(812)
Serviços de terceiros		(196)	-	(196)	(179)	-	(179)
Outras despesas operacionais líquidas		(100)	-	(100)	(159)	-	(159)
Despesas operacionais		(1.230)	-	(1.230)	(1.150)	-	(1.150)
Resultado da atividade		(1.784)	74.073	72.289	(1.150)	33.091	31.941
Receitas financeiras		10.453	-	10.453	864	-	864
Despesas financeiras		(17.421)	-	-	-	-	-
Despesas financeiras - Arrendamento		-	(98)	(98)	-	-	-
Outras despesas financeiras		(1.049)	-	(1.049)	(623)	-	(623)
Receita e despesas financeiras, líquidas	(xi)	(8.017)	(98)	(8.115)	241	-	241
Resultado antes dos impostos e contribuições		(9.801)	73.975	64.174	(909)	33.091	32.182
Imposto de renda e contribuição social	(xii)	3.092	(25.179)	(22.087)	309	(11.251)	(10.942)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(xiii)	(6.709)	48.796	42.087	(600)	21.840	21.240

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito. A receita da Companhia é classificada no seguinte grupo:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Direito de uso, passivo arrendamento e provisão para desmobilização de ativos

A Companhia não aplicou o CPC 06 (R2) na contabilidade regulatória.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

(i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(vi) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o PIS e COFINS diferidos.

(vii) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2019	2018
Patrimônio líquido societário	100.569	61.790
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(302.902)	(90.984)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	(1.041)	-
Imobilizado e intangível (CPC 47)	157.006	40.931
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47), ativos e passivos, líquidos	40.078	14.901
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	1.117	-
Provisão para desmobilização de ativos (CPC 06 (R2))	4	-
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	28.018	6.228
Patrimônio líquido regulatório	22.849	32.866

(viii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(ix) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(x) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material e outros custos de construção".

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos, amortização do direito de uso e a depreciação de desmobilização referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(xi) Receita e despesas financeiras, líquidas

As despesas financeiras referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(xii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, ao IR e CSLL diferidos.

(xiii) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do Lucro (Prejuízo) societário e regulatório	2019	2018
Lucro (Prejuízo) societário	42.087	21.240
Receita bruta (CPC 47)	(211.918)	(68.576)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	21.790	4.744
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	116.074	30.741
Depreciação e amortização (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	416	-
Arrendamentos de Veículos (Leasing) (CPC 06 (R2))	(435)	-
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))	98	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	25.179	11.251
(Prejuízo) regulatório	<u>(6.709)</u>	<u>(600)</u>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Diretoria	
Nomes	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação específica
Cargo vago	Diretor sem denominação específica
Cargo vago	Diretor sem denominação específica

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49